



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
14 de novembro
de 2019



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Vida					
DATA	14 / 11 / 2019	PÁG.	9	Gerada	Positiva

SANTAINÉS

MP realiza operação contra desvio de verba pública

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) e a Polícia Civil realizaram na manhã de ontem, quarta-feira (13), em Santa Inês, a Operação Emplacamento. A 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís determinou o cumprimento de mandados de busca e apreensão em quatro empresas e cinco residências no município.

Coordenaram a operação as unidades do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), bem como a Superintendência de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor) e a Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC). Foram apreendidos computadores, aparelhos celulares e documentos, que serão submetidos à perícia e devidamente analisados.



O Inquérito Policial, instaurado pelo 2º Departamento de Combate à Corrupção (2º Deccor) em trabalho conjunto com o Gaeco, apura possível organização criminosa com atuação na venda de veículos, principalmente ambulâncias, para prefeituras do Estado do Maranhão, mediante fraude e provável desvio de verbas públicas, com a participação de empresários, despachantes e servidores públicos.

Investigações

As investigações apontaram que, em 2017, no emplacamento de veículos adquiridos pelas prefeituras, o despachante e sócio da empresa Santa Inês Emplacamentos, Elton Luis da Silva Lima, apresentava duas notas fiscais a Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran) em Santa Inês. Uma primeira nota consignava a venda do veículo para a empresa R L de Farias – RL Empreendimentos, cujo sócio responsável é Roberto Lima de Farias. A segunda nota registrava a revenda desta empresa para as prefeituras.



Apesar da existência de duas operações de compra e venda, Elton Luis da Silva Lima solicitava o registro e o primeiro emplacamento em nome das Prefeituras, o que era autorizado pelo Ciretran de Santa Inês. A operação era registrada no sistema informatizado como se a venda tivesse ocorrido diretamente do fabricante para as Prefeituras.

Em 2018, essa prática foi proibida pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran). Elton Luis da Silva Lima passou, então, a utilizar notas fiscais falsas para continuar obtendo o registro e o emplacamento diretamente em nome das Prefeituras, como se as vendas tivessem sido feitas pelos fabricantes.

Após a realização de diligências junto aos fabricantes, constatou-se que as vendas eram feitas, de fato, para as empresas F V dos Santos (Totalmax), R L Empreendimentos ou para pessoas físicas ligadas a elas. Os veículos eram posteriormente entregues às Prefeituras, com valores superiores aos que efetivamente haviam sido adquiridos.

De acordo com as informações prestadas pela Secretaria de Estado da Fazenda, as operações sugerem forte indicio de supressão de crédito, pois a empresa R L Empreendimentos atua como locadora de veículos, gozando de benefícios fiscais, assim como Danielle Brito de Oliveira, Gustavo Henrique da Silva Gomes e Antônio Carlos dos Santos Martins Júnior, que tinham vantagens em razão do Convênio ICMS 51/00.

A empresa F Vieira da Silva também foi investigada e tinha o mesmo modus operandi. Klecy Henrique de Matos Barrosera contador nesta empresa e na R L Empreendimentos.

Dentre as prefeituras que adquiriram veículos através desse esquema criminoso estão a de Bom Lugar, Pio XII, Anapurus, Buri, Altamira do Maranhão, Tasso Fragoso, Santa Luzia, Mirador, Vargem Grande, Afonso Cunha, Esperantinópolis, Cedral, Bequimão, Araiases, Serrano do Maranhão, Cidelândia e Santa Luzia do Paruá.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O IMPARCIAL					
EDITORIA					
Nedilson Machado					
DATA	14 / 11 / 2019	PÁG.	8	Gerada	Positiva

▼ O Ministério Público do Maranhão está informando que, por problemas técnicos na plataforma, as inscrições do Prêmio de Jornalismo deverão ser refeitas. Há, agora, duas plataformas separadas: uma para profissionais e outra para estudantes.

▼ Ou melhor, agora os links para inscrição são: Profissionais: <https://seletivos.mp-ma.mp.br/seletivo/9/detalhes> e para Estudantes: <https://seletivos.mp-ma.mp.br/seletivo/11/detalhes>.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Política					
DATA	14 / 11 / 2019	PÁG.	3	Espontânea	

Eleições: projeto prevê prazo para ex-membros do Judiciário e do MP

Proposta do senador maranhense Roberto Rocha (PSDB) quer prazo para que membros do Poder Judiciário ou do Ministério Público cumpram para depois ter o direito de se candidatar a mandato eletivo

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

O senador Roberto Rocha (PSDB) apresentou nesta semana projeto que altera a Lei Complementar no 64/90, para estabelecer condição de inelegibilidade de magistrados e membros do Ministério Público.

Na prática, o Projeto de Lei Complementar Nº 254/19 obriga ex-juizes, ex-procuradores e ex-promotores de Justiça a cumprir uma quarentena de dois anos após deixarem os cargos. Nesse caso, eles estariam inelegíveis durante o período.

Rocha destaca no projeto que, "em tempos de notória judicialização da política", não é incomum que membros dessas carreiras aproveitem a notoriedade alcançada nos postos para lançar-se candidatos a cargos eletivos.

"No caso de magistrados e membros do Ministério Público, a vedação de elegibilidade hoje existente recai nas hipóteses de má conduta, seja por decisão sancionatória, de sentença condenatória ou mesmo



Rocha: "Quarentena" para candidaturas de ex-membros do Judiciário

de exoneração ou aposentadoria em função de processo administrativo disciplinar. Contudo, em tempos de notória judicialização da política, tanto por parte do Poder Judiciário como do Ministério Público, um aspecto merece reflexão: o uso da popularidade alcançada por determinados integrantes dessas instituições para se lançarem a candidaturas eletivas diversas", destacou.

Para ele, "esse processo tende a

levar a uma inversão ou desvirtuamento do uso dos instrumentos e atribuições legais desses integrantes, exatamente para se popularizarem e se tornarem candidatos".

"Ou seja, o perigo está exatamente na atuação propositalmente midiática e autopromocional desses agentes durante o exercício de uma função ou cargo público - diga-se, em carreiras típicas de Estado -, única e exclusivamente visando ao creden-

ciamento à cena político-eleitoral", completa o tucano na justificativa ao projeto.

Cenário temerário

Rocha acredita que a possibilidade de um magistrado ou membro do MP candidatar-se imediatamente após deixar a carreira, pode criar um "cenário temerário" de interferência nas duas próprias decisões e posicionamentos em processos de relevância.

"Sem dúvida, essa possibilidade pode interferir diretamente não só na iniciativa e na atuação institucional de magistrados e procuradores, mas, principalmente, em suas decisões. Na prática, essas posturas, reforçadas pela utilização de mecanismos e competências inerentes aos cargos e funções do universo jurídico, passam a ser conduzidas e tomadas de forma parcial, tendenciosa e, mais ainda, submissa aos reais objetivos do agente, mesmo que supostamente revestidas de conveniência e oportunidade aos olhos da maioria", conclui. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Política

DATA

14 / 11 / 2019

PÁG.

3

Espontânea

Presos acusados de tortura, tráfico de droga e homicídios na capital

Criminosos foram presos pela Polícia Civil, na área do São Raimundo, e são suspeitos de cometerem, pelo menos, seis assassinatos neste ano

ISMAEL ARAÚJO
Da redação da Polícia

Integrantes de uma facção criminosa, que tem como base o estado do Rio de Janeiro, suspeitos de cometerem crimes de tortura, tráfico de entorpecente e uma série de homicídios no bairro do São Raimundo, em São Luís, foram presos durante a segunda etapa da operação Demolição, realizada, nesta quarta-feira (13), pela Polícia Civil na Grande Ilha. Segundo a polícia, esse grupo criminoso recebe ordens de custodiados do Complexo Penitenciário de Pedrinhas e teria cometido, pelo menos, seis assassinatos nessa localidade durante este ano. Os corpos das vítimas foram enterrados em um cemitério clandestino, na capital.

As prisões ocorreram na Cidade Olímpica e uma das detidas foi Taíze Tobias Silva, conhecida como Princesa. A polícia informou que ela é acusada de controlar a venda de drogas e atualizar o cadastro dos integrantes do bando criminoso. Os outros detidos foram identificados como Daniel Silva Alves, o Gordinho; Johanne Fernanda Mendonça da Silva e Kellen Cristina Rodrigues, a Wan-Lurme.

Em poder do bando, a polícia apreendeu vários aparelhos celulares, um veículo Ford Ka e uma quantidade de entorpecente, denominada como Skank. Os presos foram levados primeiramente para a sede da Polícia Civil, na Avenida Beira-Mar, onde prestaram esclarecimentos sobre o caso e, logo em seguida, encaminhados para Pedrinhas.

No decorrer da primeira etapa desse cerco policial, que ocorreu no dia 18



Em poder do bando, a polícia apreendeu aparelhos celulares, um veículo Ford Ka e uma quantidade de entorpecente

de setembro deste ano, doze mandados de prisão foram cumpridos. A incursão contou com a participação de mais de 60 policiais civis e do helicóptero do Centro Tático Aéreo (CTA). Os detidos na região foram João Vitor Araújo Barros, Pablo Felipe da Silva Ribeiro, Elizabeth Nogueira Soares, Dulcilene Rocha dos Santos, Nubia Cristiane Bezerra Lima, Wellington Sandro dos Santos Lima e Leone de Sousa Casias. As outras ordens de prisões fazem referência a internos de Pedrinhas.

Mais prisões

Também nesta quarta-feira, acusados de roubo de motocicletas e falsificadores de documentos públicos, que eram vendidos e utilizados por estelionatários, foram retirados de circulação durante um cerco da polícia realizado em São Luís. O delegado Carlos Alessandro de Assis, que é superin-

tendente da Polícia Civil da Capital, informou que esse cerco tinha como objetivo reprimir os crimes patrimoniais e foi realizado pelas equipes das Delegacias de Roubos e Furtos (DRF) e Roubos e Furtos de Veículos (DRFV).

O delegado disse que seis mandados judiciais foram cumpridos. Entre eles, quatro de buscas e apreensões e dois de prisões. Um dos detidos foi identificado como Matheus Ferreira, de 29 anos. Segundo o delegado, ele vinha sendo investigado desde o mês de março deste ano e tinha passagem pelo crime de roubo. Ele também é suspeito de fazer parte de um grupo criminoso especializado em roubo de motocicletas na Região Metropolitana. Uma das suas empreitadas criminosas teve como foco um moto, no bairro do São Raimundo. Este veículo foi tomado de assalto no mês de fevereiro de 2019.

Outro detido foi Jorge Henrique Vieira Pereira, de 46 anos. De acordo com o delegado Carlos Alessandro, o criminoso é um dos "cabecas" de um bando acusado de falsificar documentos públicos. Este material é utilizado por estelionatários para aplicar golpes no Maranhão e em outros estados.

A polícia ainda fez uma revista, por determinação judicial, a uma gráfica, localizada nas proximidades do Mercado Central, onde apreendeu um vasto material irregular. Entre os documentos estão carteira de identidade, de motorista, diplomas, armas de fogo, certidão de nascimento, atestado médico, escrituras públicas, declaração de óbito, selo judicial, declaração de nascidos com vida e vários carimbos. "Todo esse material ainda no decorrer desta semana vai ser encaminhado para Icrim onde será periciado", comentou o delegado. ●

Mulher acusada de homicídio é presa na cidade de Codó

Larissa Rafaela Parente, a Larissinha, é acusada de esfaquear a vítima no pescoço e no tórax

A polícia encaminhou, na quarta-feira (13), Larissa Rafaela Parente, a Larissinha, de 21 anos, para a Unidade Prisional de Codó. De acordo com a polícia, ela é acusada de ter assassinado a golpes de faca Karliane Conceição Craveiro, a Cacheca, de idade não revelada, em um bar, localizado no bairro Codó Novo, no município de Codó, na noite da última terça-feira (12).

A polícia informou que as duas estavam nesse ponto comercial ingerindo bebida alcoólica e acabaram discutindo. No decorrer da briga, a vítima foi golpeada no pescoço e no tórax. Ela ainda foi levada para o hospital da cidade, mas chegou sem vida.

A suspeita tentou fugir, mas foi presa em flagrante por uma guarnição da Polícia Militar e conduzida para a Delegacia Regional de Codó. Há informações de que a discussão foi motivada por ciúme de um determinado homem, que não teve seu nome revelado. O corpo da vítima foi sepultado no cemitério da cidade.

Acidente

Os moradores de São José de Ribamar, Charles Aurélio da Silva

Rocha, de 40 anos; e Tacilma Pinto Rodrigues, de 24 anos, morreram durante acidente de trânsito, ocorrido no KM 24 da BR 402, no município de Axixá, na noite da última terça-feira (12).

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) informou que um veículo Corsa Classic, de placas não identi-

Briga teria sido motivada por causa de ciúmes

ficadas, fez uma manobra irregular no meio da via federal e acabou colidindo de forma frontal em uma Hilux prata, de placas não identificadas, em que estavam as vítimas. Elas sofreram várias fraturas pelo corpo e morreram ainda no local. A Polícia Civil vai investigar o caso. ●



Larissinha, na delegacia, após ser presa e a vítima Karliane Conceição

Criminosos foram presos durante cerco no interior

Um dos detidos era foragido do Pará e foi localizado em Pindaré-Mirim; as outras prisões ocorreram em Lago da Pedra e Mirinzal

Criminosos foram presos no interior do estado. Um deles foi um foragido do Pará, identificado co-

mo Erismar da Paixão Silva, o Deca, de 39 anos. Segundo a polícia, ele foi localizado na cidade de

Pindaré-Mirim e é acusado pelo crime de estupro no município paraense de Marabá.

A delegada Cláudia Almeida informou que a polícia ficou sabendo que o criminoso estava se escondendo em uma residência, no bairro Pitombeira, em Pindaré-Mirim. Os policiais realizaram uma incursão nessa localidade e conseguiram efetuar a prisão do criminoso.

No município de Lago da Pedra foi preso em cumprimento de ordem judicial Bruno Portela, de idade não revelada. O delegado

Guilherme Campos disse que o detido é acusado pelo crime de roubo, cometido em dezembro de 2016, e o alvo foi um estabelecimento comercial. Após a ação criminosa, o acusado tinha fugido para São Paulo, mas retornou recentemente para o Maranhão.

Também nessa cidade foi preso Jucelio Costa de Andrade, acusado de assalto. Na cidade de Mirinzal foram presos Evaldo Santos, conhecido como Meren-

da ou Telemar; e Carlos Alberto Moraes Correia, o Jumentão, suspeitos de crimes de roubo, praticados na Região da Baixada Maranhense. ●

NA WEB

Adolescente é apreendido com dinamite

oestadoma.com/475892



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
JORNAL PEQUENO				
EDITORIA				
Polícia				
DATA	14 / 11 / 2019	PÁG.	12	

Justiça condena quatro envolvidos na morte da menina Ana Clara

A Justiça condenou nessa quarta-feira (13) na 1ª Vara Criminal de São José de Ribamar Jorge Henrique Amorim Santos, Hilton John Alves Araújo, Thalisson Vitor Santos Pinto e Larravardiere Silva Rodrigues Júnior de envolvimento na morte da menina Ana Clara Santos Souza, de seis anos, durante um ataque a ônibus na capital maranhense. Juntando a pena de todos eles passa de 150 anos. O julgamento que entrou pelo terceiro dia terminou por volta das 7h de ontem. Depois de quase seis horas de elaboração, a sentença foi proferida pela juíza Laiza Paes Mendes e sete jurados votaram no julgamento. Wilderley

Moraes, que estava preso na época do crime e foi apontado como mentor dos ataques, foi absolvido. O alvará de soltura dele já foi expedido pela Justiça. Wilderley Moraes foi acusado de ter ligado de dentro do ônibus ordenando queima de ônibus. Ao Jornal Pequeno, o advogado de Wilderley Moraes, Adriano Cunha, disse que no processo não encontrou nenhuma mensagem de voz, ou mesma escrita, que determinasse a queima de ônibus, partindo de Wilderley. "Encontrei, inclusive, uma petição em que Wilderley se dispõe a se submeter a um exame na sua voz, que determinaria se a voz nos áudios era a de Wilderley", informou

Adriano Cunha. O advogado Adriano Cunha disse ainda que o exame não foi realizado com Wilderley, mas, sim, com os outros suspeitos. "Não fizeram o exame de voz com Wilderley porque não tinham o que apontar contra ele. É tanto que entre todos os reus, ele foi o único absolvido deste crime. Não houve provas contra ele", concluiu o advogado Adriano Cunha.

O CRIME

No dia 3 de janeiro de 2014, na Vila Sarney, em São José de Ribamar, homens acenderam fogo no ônibus em que estava a menina Ana Clara, que teve 95% do corpo queimado e morreu três dias

depois. Na ocasião, a irmã dela de 1 ano e 5 meses teve queimaduras em 20% do corpo; a mãe das duas teve 40% do corpo queimado; e Márcio Rêmy, rido como herói por ter tentado salvar Ana Clara voltando ao ônibus, ficou com 75% do corpo queimado. De acordo com a denúncia do Ministério Público, um dos menores teria entrado no ônibus e ameaçado o motorista e a cobradora com um revólver, forçando a parada do veículo. Nesse momento, os demais acusados chegaram e atearam fogo no ônibus com os passageiros ainda dentro. A ação criminosa, segundo investigações da polícia, foi uma reação às medidas adotadas para combater a criminalidade nas unidades prisionais que estavam sendo alvo de operações policiais em razão das inúmeras mortes de detentos.

Doze estados já integram protocolo Nacional de Abordagem ao Suicídio

Bombeiros de todo o país reunidos em São Luís participaram nesta quarta-feira (13), no Multicenter Sebrae, do lançamento do Protocolo Nacional de Abordagem Técnica a Tentativa de Suicídio, apresentado durante o Seminário Nacional dos Bombeiros (Senabom). A intenção do Protocolo é auxiliar o trabalho de salvamento feito por profissionais do Corpo de Bombeiros a quem tenta tirar a própria vida. O protocolo foi apresentado pelo major Diógenes Martins Munhoz, do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo, que integra a Comissão Nacional de Abordagem Técnica do Suicídio. Atualmente o Maranhão já adota esse protocolo junto com outros onze estados da federação, utilizando

técnicas diversas de psicologia no atendimento durante os salvamentos.

"A preocupação com a saúde mental e com esse tipo de ocorrência precisa ser uniformizada em todo o Brasil. A sugestão desse protocolo, que está sendo lançado aqui no Senabom, é fazer que haja uma padronização de conhecimento. Desde estados mais populosos aos menos populosos, todos devem ter o mesmo conceito e, principalmente, o mesmo respeito para com essas pessoas que tendem ao suicídio", frisou o major Diógenes Munhoz. De acordo com dados do Ministério da Saúde, 12 mil pessoas tiram a própria vida anualmente no Brasil. As estatísticas também apontam que, para cada pessoa que

comete o suicídio, outras vinte tentam praticar o ato. A proposta do Protocolo Nacional é focar na humanização da vítima, ajudando a equipe de emergência durante o atendimento.

A proposta para criação do Protocolo surgiu em janeiro deste ano para integrar os poderes públicos e a sociedade civil organizada na busca pela redução deste tipo de evento. Entidades como o SAMU já integram a proposta.

"Sabemos que a padronização é uma dificuldade. É natural que, ao chegar a um estado, haja uma distorção do conceito. Mas queremos que naturalmente todos os estados que aderirem a esse protocolo se mantenham fiéis a ele, lembrando que essa adesão não é obrigatória, é uma sugestão", observou.

PREVENÇÃO

Durante o Senabom também foram debatidas alternativas para ampliar a prevenção ao suicídio entre militares. De acordo com levantamento do Anuário da Segurança Pública - 2018, divulgado em setembro deste ano, em todo o país, 104 militares cometeram suicídio. No Maranhão, entre os anos de 2016 e 2019, oito militares tiraram a própria vida. Neste enfrentamento, a Polícia Militar vem atuando com trabalhos de prevenção. "Nas entidades que congregam militares, a importância começa com a sensibilização e o apoio do comandante. E isso felizmente temos aqui. Já fazemos atualmente um trabalho itinerante na capital e em alguns municípios do interior para incentivar a conscientização sobre essa realidade", observou a Tenente Coronel Cristiane Castro Lima, que fez um relato da experiência do Programa de Prevenção ao Suicídio Policial da Polícia Militar do Maranhão.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Polícia

DATA	14 / 11 / 2019	PÁG.	12		
------	----------------	------	----	--	--

Membros de facção são presos quando realizavam churrasco na Cidade Olímpica

No local em que houve o flagrante a polícia encontrou skank, droga produzida em laboratório

Quatro pessoas que integram a facção Comando Vermelho foram presas ontem (13), no bairro da Cidade Olímpica, quando realizavam um churrasco. Os suspeitos foram identificados como Daniel Silva Alves, Johanne Fernanda Mendonça da Silva, Taize Tobias Silva – também conhecida como “Princesa”, e Kellen Cristina Rodrigues, que é a dona da casa onde a confraternização acontecia. De acordo com o titular da Superintendência da Polícia Civil da Capital (SPCC), o delegado Carlos Alessandro, Taize Tobias estava sendo procurada pela Polícia Civil desde setembro deste ano, data de realização da “Operação Demolição”, em que foram cumpridos 12 mandados de prisão contra membros de facções em São Luís.



Integrantes do Comando Vermelho foram presos na Cidade Olímpica por agentes da Polícia Civil

“Taize Tobias conseguiu se esquivar da operação Demolição, e desde a época era tida como foragida”, informou Carlos Alessandro. Na casa em que os quatro suspeitos foram localizados pela polícia havia skank, um tipo de droga produzida em laboratório e derivada da maconha. Carlos Alessandro informou que Taize, Daniel, Johanne, e Kellen foram autuados por organização criminosa, tráfico de drogas, associação para o tráfico. O delegado informou que pesa sobre Kellen Cristina também a acusação de favorecimento pessoal. “Ela ajudou a Taize a permanecer foragida”, disse Carlos Alessandro. Além da droga, foram apreendidos ainda vários aparelhos celulares, e um veículo Ford KA.

Polícia Civil prende assaltante e falsificador de documentos

A Polícia Civil prendeu ontem (13) Matheus Ferreira, de 20 anos, e Jorge Henrique Vieira Pereira, 26. Matheus foi identificado como o autor de roubo com arma de fogo de motocicletas no bairro do São Raimundo. Já Henrique como responsável por falsificar documentos públicos, utilizados por estelionatários para a realização de diversos crimes. De acordo com o delegado Carlos Alessandro, que é o superintendente da SPCC, entre os documentos falsificados estão carteira de identidades, Carteira Nacional de Habilitação (CNH), registros de armas, certidões, atestados médicos, escrituras



Jorge Henrique e Matheus Ferreira foram presos depois de apontados como autores de ações criminosas

públicas, declarações de nascido com vida, declaração de óbito, e selos judiciais. Este material foi apreendido na gráfica Trindade, localizada na Rua Antônio Rayol, nas proximidades do Mercado Central, região central de São Luís, e na casa de Henrique, que fica na Vila Embatel. A polícia garantiu que o proprietário da gráfica sabia que o funcionário Henrique utilizava o estabelecimento na falsificação de documentos, mas que o dono deste local não foi preso. Por esses mesmos crimes, Jorge Henrique foi preso em 2015, mas liberado por decisão judicial. Em relação ao Matheus Ferreira, a polícia informou que ele roubou uma motocicleta no fim de fevereiro deste ano, no São Raimundo. A polícia disse que ele é responsável por outros assaltos na área e que desde março o suspeito era procurado.